



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v12.1037>

Biopolítica, raça e o estado novo brasileiro: branquitude e identidade nacional

Biopolitics, race and the brazilian new state: whiteness and national identity

José Luís Ferraro¹

Davi Carboni²

Augusto Jobim do Amaral³

Resumo

Na intenção de compreender as questões raciais, principalmente a mestiçagem, como um dispositivo biopolítico na perspectiva dos estudos foucaultianos para pensar e forjar a população brasileira e sua identidade, este artigo reconstitui uma espécie de genealogia dos processos que efetivaram a vinculação entre eugenia e biopolítica. Desenvolvendo-se a partir da discussão acerca da raça como característica principal em relação à edificação da identidade nacional, problematiza a mestiçagem – primeiramente negada e depois vista como saída para branquear o Brasil – e os modos de sua percepção por intelectuais estrangeiros e brasileiros, para que se pudesse pensar o corpo-espécie da população brasileira entre o final do século XIX e início do século XX; neste último, especificamente, por meio da ênfase ao pensamento eugênico.

Palavras-chave: eugenia; raça; identidade nacional; Estado Novo; biopolítica.

Abstract

In order to understand racial issues, especially mestizaje, as a biopolitical device in the perspective of Foucauldian studies to think and forge the Brazilian population and its identity, this article reconstitutes in a genealogical perspective the processes that effected the link between eugenics and biopolitics. It develops from the

¹ Doutor em Educação e professor nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da PUCRS. <https://orcid.org/0000-0003-4932-1051>.

E-mail: jose.luis@pucrs.br

² Mestre em Educação e Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. <https://orcid.org/0000-0002-8261-0544>.

E-mail: davi.carboni@pucrs.edu.pucrs

³ Doutor em História do Pensamento (Coimbra, Portugal) e Doutor em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais e em Filosofia da PUCRS. <http://orcid.org/0000-0003-0874-0583>.

E-mail: augusto.amaral@pucrs.br

discussion about race as the main characteristic in relation to the construction of national identity, and problematizes *mestizaje* – first denied and then seen as a way to whiten Brazil population – and the ways it was perceived by foreign and Brazilian intellectuals, so that the species body of the Brazilian population could be thought between the late nineteenth century and early twentieth century; in the latter, specifically through the emphasis on eugenic thought.

Keywords: eugenics; race; national identity; Brazilian New State; biopolitics.

Introdução

A racionalidade humana, acompanhada dos conhecimentos técnicos e científicos, tem realizado as mais diversas modalidades de crimes e assassinatos em massa, em distintas escalas, em práticas que vão da guerra ou descaso com os não cobertos pela seguridade social, de maneira que tal articulação passe nos mais diversos campos de intervenção social, tais como os campos jurídicos, médicos, militares, pouco importa, desde que funcione algum modo de controle, de exclusão, de eliminação (BRANCO, Guilherme Castelo, 2015, p. 73-4).

A década de 1930 apresenta ao Brasil, em contraponto ao liberalismo e à fragmentação da Primeira República (1889 – 1930), uma nova estrutura político-administrativa consolidada a partir do Estado Novo Vargas. Necessitada de um governo que centralizasse e articulasse uma rede de outras ordenações, tal sistema caracterizava-se pelo autoritarismo, pela arquitetura da Nação e, principalmente, por um – até então – inédito processo relacional de pesquisa e construção do corpo-espécie da população brasileira.

Neste sentido, considerando que “os regimes autoritários obtêm o essencial de sua eficiência com que utilizam a administração para modelar a sociedade civil” (CLAVAL, 1979, p.188), torna-se importante ressaltar que a associação autoritarismo/população eleva-se aqui como mecanismo formativo e estruturante de uma nova sociedade brasileira, por meio do *duo* biopolítica e raça.

Diferentemente do exercício do poder disciplinar, a referência que surge com a biopolítica diz respeito ao exercício de uma governamentalidade; uma governamentalidade biopolítica cujo imperativo é conduzir as condutas. Assim, ela atua sobre a população, controlando formas específicas de circulação de pessoas e coisas (FOUCAULT, 1999; 2008a; 2008b). Com ela, produz-se um descentramento relacionado à compreensão das formas de governo, que inclui uma modificação na característica do governante que abandona sua condição de soberano para cuidar da população.

Não se trata de renunciar aos mecanismos disciplinares, mas de uma espécie de flexibilização das formas de vigilância que passam a recair não apenas sobre o corpo do indivíduo como território do poder, mas sobre estratégias capazes de regular a dinâmica da população. Trata-se da necessidade da antevisão, da previsibilidade, para garantir sua segurança como um estado de normalização das coisas (FOUCAULT, 1999; 2008a; 2008b).

A partir disso, verifica-se também uma mudança no que se refere às relações de trabalho, o que implica em uma preocupação com o sujeito que passa a ter seu valor ressignificado:

[...] se antes o Estado tinha o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos, [...], a partir do século XVII, o poder político assumiu a tarefa de gerir a vida através da disciplina dos corpos ou dos controles reguladores da população (JUNGES, 2011, p.173).

Tal controle acentuado sobre os indivíduos e seus modos de vida, assinala-se fortemente no domínio sobre o corpo e por consequência, este se faz na intenção coordenada de seu reconhecimento funcional e automaticamente útil a sociedade.

Desta maneira,

O principal objetivo do poder disciplinar era produzir um ser humano que pudesse ser tratado como corpo dócil. Esse corpo dócil também deveria ser um corpo produtivo. A tecnologia da disciplina desenvolveu-se e foi aperfeiçoada em fábricas, casernas, prisões e hospitais, em cada um destes lugares, o objetivo era um ‘aumento paralelo de utilidade e docilidade’ dos indivíduos e das populações (DREYFUS; RABINOW, 2010, p.178).

Com a governamentalidade biopolítica, o binômio docilidade-utilidade produzido pelo disciplinamento como ortopedia dos corpos, abre espaço para que se possa pensar não apenas a distribuição, mas a perpetuação de indivíduos de condições marcadas como desejáveis e que se inscrevem no interior de práticas voltadas ao bem-estar da população (FOUCAULT 2008a; 2008b). Trata-se de vislumbrar um estado de normalização como condição *a priori*, para, então, delinear estratégias com vistas a produzi-lo, diferentemente do que acontecia com o poder disciplinar (FOUCAULT 1999; 2008a; 2008b).

Tais intervenções, alimentadas pelos jogos de poder-saber e verdade (FOUCAULT, 2006a, 2008c, 2014), é que garantem uma atuação que extravasa as dimensões rígidas do campo disciplinar, caracterizando-se pelo gerenciamento esparso e ao mesmo tempo particularizado das relações de poder, “em que a população – enquanto corpo-espécie que é preciso gerir-se torna o principal alvo deste tipo específico de poder” (SILVA, 2014, p.13).

Assim, o processo argumentativo e a visualização do poder com relação à população destacam-se agora na ascensão do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p.285), adotando um caráter regulador, que não renuncia à vigilância como premissa, mesmo que suas formas tenham sido, agora, flexibilizadas em estruturas que se capilarizam pelo tecido social por meio de uma governamentalidade biopolítica.

Desse modo, porquanto, no Brasil, evidencia-se que

O corpo-espécie da população como problema aparece somente no final do século XIX e mesmo assim não se constrói uma política estratégica de governo dessa população imediatamente a sua aparição. É necessário aguardar os anos 1930 e, mais especificamente, o Estado Novo para que a população seja objeto de um biopoder cada vez mais articulado na forma de governo (SILVA, 2015, p.247).

A raça por sua vez, alicerçando-se sincrônica e historicamente as afirmações identitárias dos Estados-Nação na Europa – “embora o uso dos termos raça e nação como sinônimos só se tenha tornado predominante no final do século XIX” (SCHILLER;FOURON,1997,p.35) – e pela nova importância relacional dada a população – especialmente como consequência da suposta neutralidade dos discursos científicos – se consolida como objeto de interpretação e justificativa, pela utilização equivocada da Teoria da Evolução, proposta por Charles Darwin (1809 – 1882), reforçando suas estruturas e/ou categorias classificatórias (taxonômicas) para os seres vivos. Algo de que, posteriormente, se valerá a biopolítica quando da inserção dos seres humanos, no quadro geral das espécies.

É na esteira do período oitocentista, em oposição às ideologias de igualdade, fraternidade e humanidade, que surgem discursos ressaltando as diferenças, tendo a raça como justificativa maior. Além disso, destaca fundamentalmente sua insinuação em relação a certa necessidade qualificativa – de aproximação com o cientificismo, por parte dos estudos raciais – que tais hipóteses deslocam consigo uma auto reputação de verdade e realidade (SILVEIRA, 2005). Sob a égide científica, portanto, e na objetivação da exclusão e violência pela diferença, “rapidamente expressões como ‘sobrevivência do mais apto’, ‘adaptação’, ‘luta pela sobrevivência’ escapavam do terreno da biologia e ganhavam espaço nas demais disciplinas” (SCHWARCZ, 2018, p.405), introduzidas sobremaneira por Herbert Spencer (1820 – 1903) a partir do darwinismo social.

Consequentemente, é no discurso de traslado da ordem e do progresso (BONFIM, 2017) a outros povos ditos como “não civilizados”, que o europeu se permite explorar e rebaixar o não europeu a subcategorias – tal qual a raça se equivale biologicamente ao conceito de subespécie –, organizando-os em castas distintas conforme características psicológicas, morais, comportamentais e biológicas, onde o “branco era considerado como sendo ‘civilizado e superior’, os indígenas e os negros ‘selvagens, primitivos e inferiores’ e

os mestiços degenerados” (MACIEL, 1999, p. 126).

Neste sentido, teorias como a da craniometria, da antropologia criminal e, principalmente da eugenia – inspiradas pelo próprio darwinismo social – surgiram como instrumentos demonstrativos e fixadores das oposições, influenciado não somente a Europa, mas também o Brasil, a adotar políticas e práticas mais ativas acerca do idealismo racial de suas populações. Assim, consideramos relevante salientar que no interior destas correntes teóricas, a questão da herança genética torna-se substancial para consolidar suas argumentações raciais “científicas”, principalmente na antropologia criminal de Cesare Lombroso (1835 – 1909) e na eugenia de Francis Galton (1821 – 1911), visto que, no que compete a este último: “o termo Eugenia (eu: boa; genus: geração) fora criado em 1883 [...], e referendava a noção de que a capacidade humana estava diretamente ligada à hereditariedade” (SCHWARCZ, 2018,p.406).

Á vista disso, inspirando-se nos valores europeus e seus modos de viver e pensar, o Brasil adere a estes com anseios de inserção entre as nações modernas. Além, na indicação de que o país fora “[...] uma nação seduzida pela ideia de que a ciência pode ser o árbitro final das relações sociais” (DÁVILA, 2006, p. 52), tal argumento coloca-se como importante ferramenta para explicar a realidade racial; assim como o vislumbre frente à idealização do corpo-espécie da população, mais especificamente tratando-se do estado-novista brasileiro.

A questão racial e a miscigenação no Brasil: o problema da população nacional

Entendendo que a história do Brasil, sobretudo durante o século XIX, é uma história de raça, ou seja, vinculada às Ciências Biológicas e não às Humanidades – embora a construção da raça como táxon seja totalmente artificial e, portanto, um ato humano – e, por conseguinte, ao analisarmos os discursos sobre os processos de interpretação da população nacional, atentamo-nos que seu pensar dar-se-á, ainda, no período de pós-independência (BARBATO,2014) e pós-abolição; seja no âmbito externo, quanto no da interioridade de suas argumentações, respectivamente.

Referindo-nos as exterioridades discursivas, destacam-se as apreciações de estrangeiros como Gustave Le Bon (1841 – 1931), Louis Agassiz (1807 – 1873) e, sobretudo, Arthur de Gobineau (1816 – 1882), dado que, para estes, dentro dos debates e escritos quanto ao caldeamento racial, “[...] a se considerar a ideia de Estado-Nação moderno, conforme a imaginação europeia, o Brasil, de fato, era inviável” (SILVA, 2015, p. 247- 8).

Com relação especificamente ao Conde de Gobineau, diplomata francês no Brasil e bastião teórico do racismo científico, observa-se que sua posição condenatória frente aos negros, mas acima de tudo a miscigenação como realidade à sociedade brasileira, evidencia-

se em sua obra Ensaio sobre as Desigualdades das Raças Humanas (1855), onde o mesmo afirmava, segundo Maciel (1999), que se não fosse institucionalizado um programa de branqueamento no Brasil, o desaparecimento populacional se daria dentro de 200 anos.

Por consequência, seu olhar sobre a “[...] história mundial procurava obsessivamente identificar o progresso e a inovação como associação às raças brancas, [...] seguindo-se a degeneração e o declínio devido às misturas com as raças mais escuras [...]” (BETHENCOURT, 2018, p.384).

Destarte, torna-se importante destacar, portanto, a partir das concepções “teóricas” de Gobineau acima citadas, a emergência de dois conceitos fundantes para a construção da teoria racista: o conceito de arianismo, ou seja, que existiria uma raça branca superior e que tal colocação dava-se pela sua pureza, pela ausência de mistura com outras raças (BLIKSTEIN,1992); e o conceito de degeneração da raça humana, por meio da miscigenação, uma vez que “a hibridização resultaria sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições gerações após gerações” (DIWAN, 2018, p. 89).

Com relação aos debates teóricos dentro da sociedade brasileira e seu pensar sobre a população nacional, na procura pelo entendimento das misérias sociais, a *intelligentsia* tropical, nas figuras de Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906), Sílvio Romero (1831 – 1914), João Batista Lacerda (1846 – 1915), dentre outros, acabam sendo influenciados pelas teorias racistas da Europa, dado que, para estes, da mesma forma que para os teóricos socioraciais do “velho mundo”, “a caracterização do Brasil como um país mestiço [...], era considerado como um entrave, a razão do atraso ou não progresso do país [...]” (MACIEL, 1999, p.123).

Em outras palavras, percebe-se

O quanto a raça fora um problema para os ‘planejadores sociais’ [...], quando as grandes questões norteadas pelo escravismo deram lugar às não menores questões relacionadas a presença negra na composição da população nacional ou mesmo da miscigenação como fator dominante da formação social do país (SILVA, 2015, p. 249).

A questão racial permanecia intensa dentro dos debates na elite intelectual do país, a ponto de se afirmar, mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, que “a liberdade é negra, mas a igualdade é branca” (SCHWARCZ, 2018, p.409), em outras palavras: mesmo sendo a população negra não mais cativa, sua colocação dentro da sociedade brasileira e seu aceite como partícipe integral desta população é negada, muito por conta do que Barros (2014) denominou de *a construção social da cor*.

Acentua-se, de mesma forma, que tal preocupação geracional de cunho biológico individual, mas também formativo – no tocante ao corpo social – se apresenta ao longo da história como meta, destino ou intenção de inúmeros povos antigos e contemporâneos. Conquanto, “embora o preconceito racial permeie a história [...] ao longo do tempo, sua naturalização é recente” (MUNARETO, 2013, p. 41) e prontamente sinalizada em atividades profusas que se estendem desde os assassinatos de recém-nascidos com algum tipo de má formação, em Esparta, até as realizações nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) ou as políticas imigratórias, realizadas no Brasil.

Entretanto, se a miscigenação era compreendida de forma negativa, sobretudo durante o século XIX, ulteriormente, é nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente com o Movimento Modernista e com a Semana de Arte Moderna de 1922, que a miscigenação, na necessidade de antagonismo ao europeu e, na edificação “de uma identidade brasileira que valoriza o que já nos é próprio” (CHAN, 2015, p.34), torna-se o pavilhão principal de uma nova perspectiva sobre a população.

Nesta perspectiva, no que compete à transformação conectiva entre raça e população, observamos já no período novecentista, a concretização do duplo conceitual firmado com Reinhart Koselleck (1923 – 2006), denominado *Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa* ([1979] 2006).

Diferentemente do que se possa interpretar em um primeiro momento, torna-se fundamental advertir que tais conceitos,

São categorias complementares, visto que a experiência abre espaço para um certo horizonte de expectativa. Mais ainda, uma experiência ou o ‘registro de uma experiência’ referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro (BARROS, 2014, p. 173)

Diante disso, é na mutação do “espaço de experiência” racial, por meio da miscigenação, trabalhado por certos setores da elite intelectual como realidade positiva e singular, que a partir da década de 30, a mesma figura como “horizonte de expectativa” fundante na (re)construção da população nacional e da identidade brasileira, associando-se ao constructo *democracia racial*.

Tal caráter democrático, embora não tenha sido diretamente forjado por Gilberto Freyre (1900 – 1987), em sua obra *Casa Grande e Senzala* ([1933] 2001), salienta, nas palavras de Hofbauer (2007, p. 159) que a mestiçagem “[...] aparece quase como uma prova da – postulada – convivência harmoniosa entre as ‘raças’”. Porém, é na suposta edificação paritária entre negros, índios e brancos que se exalta no Brasil, a negação do preconceito racial, devido ao próprio fato do processo de hibridização, o que de fato é falacioso.

Referindo-nos principalmente ao aspecto político, é com a Era Vargas (1930 – 1945), que a Democracia Racial “[...] passa a ser articulada como estratégia biopolítica, nos anos 1930, [...] sobretudo, a maneira como no Brasil as relações raciais passam a ser interpretadas e vividas cotidianamente” (SILVA, 2017, p.605).

Assim, é precipuamente nas políticas do Estado Novo Varguista, que se adota, como possibilidade de construção e entendimento do corpo-espécie da população, práticas higienistas e sanitaristas por meio da ascensão do discurso “médico-político” (SCHWARCZ, 1993, p. 200) e, com relação ao deslocamento e exclusão daqueles que não preenchem os anseios raciais deste corpo-espécie, ações de branqueamento que contrapunham a valorização da mestiçagem.

Biopolítica, eugenia, intelectuais e outras perspectivas: pensar e construir o corpo-espécie da população brasileira

Como referido no início deste texto, a biopolítica resulta da intensa relação entre Estado e população, a partir da gestão da vida e sua potencialização por meio de políticas públicas (FOUCAULT, 2008a; 2008b). No entanto, como e porque se faz necessário este governo da vida? Quais os mecanismos utilizados na primeira metade do século XX, mais precisamente na década de 1930, para consolidar as formas biopoder a ele inerentes? Partindo destes sentidos, apontam-se questões fundamentais.

É a partir do capitalismo industrial que este agenciamento entre política e vida se produz com força, muito por conta da apropriação deste sobre o corpo, refletindo-se no surgimento da Medicina Social. Com isso,

[...] o controle da sociedade [...] não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1979 apud CAVALCANTI, 2005, p. 55).

Na necessidade de gerir a população e gestar sua vida, assim como de modernização e racionalização do Estado, que a organização se torna “[...] uma das palavras mágicas do vocabulário político-ideológico que dominava o Brasil [...] do pós-1930” (SENRA, 2008, p.20).

Por meio da participação médica na gestão do governo, com as campanhas de higienização e medicalização da população, como também, do uso da estatística, como padrão de atuação técnica e política, apoiando-se na criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1936, e *a posteriori*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

em 1938, que o Estado se apropria do controle da natalidade, mortalidade, reprodução, sexualidade, incapacidade biológica, dentre outros.

A partir do trabalho de seu diretor, Mario Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), o objetivo torna-se, portanto, “[...] empregar ciências estatísticas para “conhecer” a nação. [...] era encontrar uma saída para o atraso econômico, social e cultural que a degradação das massas, com a Eurofilia das elites produzira” (DÁVILA, 2006, p.98).

Outrossim, na compreensão de que a biopolítica tem como característica principal a regulamentação, este insere o racismo nos mecanismos de poder e de controle do Estado. Nesta lógica, portanto,

O Estado não é o instrumento de uma raça contra a outra, mas é, [...] o protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça. A ideia de pureza de raça, com tudo o que comporta de monístico, de estatal, de biológico, será aquela que vai substituir a ideia de luta de raças (FOUCAULT, 1999 apud GADELHA, 2016, p.103).

Partindo da concepção idealizante do corpo-espécie da população, em consonância com o racismo estatal, seria necessário extirpar ou excluir – direta ou indiretamente – aqueles sujeitos ou grupos entendidos como negativos para a concretização deste projeto. Por isso, a partir do discurso médico/científico e, na manutenção da preocupação sobre a hereditariedade, a Eugenia é adotada como instrumento para alcançar tais objetivos.

Logo,

[...] o desenvolvimento do movimento eugênico brasileiro é correlato ao movimento de uma racionalidade científica imbuída na formulação de estratégias propriamente biopolíticas de governo das relações raciais no Brasil, pois: os teóricos eugenistas [...] propuseram intervenções sobre uma população, entendida como um corpo múltiplo constituído por indivíduos pertencentes a uma espécie biológica, todavia dividida em raças; tomaram a mestiçagem racial como um fenômeno de massas, pensados na longa duração [...]; propunham formas de regulação das relações raciais através da norma: traçando uma fronteira que limita o normal e o anormal, os tipos raciais adequados e inadequados ao progresso nacional (KERN, 2012, p.74).

Isto posto, a oficialidade da institucionalização do idealismo eugênico inscreve-se a partir de práticas de governamentalidade biopolítica, configurando-se no objetivo regulador e determinante do racismo científico estatal; encontrando aí a justificativa necessária para a implementação, pelo Estado, do branqueamento populacional nos campos corporal, mental e da organização dos espaços.

Com relação a estes, diferentemente de alguns países como Suíça, Dinamarca, Suécia e o próprio Estados Unidos (MACIEL, 1999), “conforme já demonstram alguns estudos, a recepção do pensamento eugenista no Brasil, guardou características próprias”

(KOIFMAN, 2012, p.64) e, suas ações vinculam-se a uma vertente denominada de *eugenia positiva*, em oposição a *eugenia negativa*.

Se a última defendia o controle dos “inadequados” pelo “aborto eugênico, o controle das fontes de degeneração como a alcoolismo e as doenças venéreas” (MAI; ANGERAMI, 2006, p. 254), muitas vezes efetivadas pelo aniquilamento destas personalidades. A *eugenia positiva* se utilizava da máscara do nacionalismo para fixar a imigração (KOIFMAN, 2012), e de políticas higienistas e sanitaristas para deslocar aqueles que não preenchem os anseios deste corpo-espécie.

Portanto, com relação a idealismo migratório e o racismo do Estado

[...], o governo de Getúlio Vargas colocou em prática uma política [...] restritiva e racista. Vetou, com base em argumentos racistas a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, [...] (CARNEIRO, 2018, p.118).

Na realidade adotada pela eugenia nestes trópicos, diversos são os grupos que participavam de suas atividades, eventos e/ou reuniões, como por exemplo, médicos, advogados, professores, políticos, escritores, representados nas figuras de Edgar Roquette-Pinto (1884-954), Belisário Penna (1868-1939), Oliveira Vianna (1883-1951), Monteiro Lobato (1882-1948) e, principalmente, Renato Ferraz Kehl (1889-1974).

Além disso, importante se faz ressaltar que a eugenia brasileira (*eugenia brasiliensis*) apresentava uma multiplicidade de pensadores, mas, no entanto, essa forma de intervenção social só estará consolidada na década de 1920 pela organização de inúmeras ligas, associações e sociedades civis (KUHLMANN JR, 2001) tais como: A Sociedade de Eugenia de São Paulo, a Liga Pró-Saneamento – ambas criadas em 1918 –, A Liga de Higiene Mental e a Liga Brasileira de Hygiene Mental; estas criadas em 1922, no Rio de Janeiro (MACIEL, 1999).

As disparidades tanto teórico-discursivas, quanto práticas entre os eugenistas brasileiros consolidam-se justamente na elevação – ou não – da questão racial como causa vital do atraso do país e sua população. Neste sentido, confrontam-se os grupos mais voltados para questões de saúde, com aqueles que se prendem ao fator biológico.

Com relação aos não racialistas, destacam-se as personalidades de Belisário Penna, médico sanitarista e ex-ministro da Educação e Saúde de Vargas e, o também médico e antropólogo do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto. Acerca deste último, destaca Munareto (2017, p. 48-9) que

[...] dedicou boa parte de seus escritos para demonstrar que a raça não era causa da inferioridade brasileira [...]. Tampouco acreditava que a miscigenação gerava indivíduos inferiores, que carregavam em sua constituição os mais diversos tipos de taras e degeneração, [...].

De mesma forma colocava-se Belisário Penna e sua visão sobre a degeneração do povo brasileiro. Para este, tal degenerescência vinculava-se não a alguma raça específica ou a mestiçagem, mas sim ao analfabetismo e as enfermidades, como reflexo da falta de higiene e políticas sanitárias. Este interesse dos médicos em intervir na saúde da população, consolida-se fortemente nesta época, pois, é no discurso de renovação e evolução das cidades brasileiras que “a partir da primeira metade do século XX, a comunidade médica reclama autoridade para [...], reivindicar e legislar em prol da saúde pública, a fim de controlar epidemias e os espaços insalubres das cidades” (DIWAN, 2018, p.94). Para mais, a partir de 1910, esta concepção, com a liderança do próprio Penna e das ações da Liga Pró-Saneamento, mobilizar a sociedade em torno dos serviços públicos de saúde em escala nacional e da importância da medicina social e suas intervenções também no interior do Brasil.

Na contramão dos sanitários, higienistas e antropólogos físicos, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato e Renato Kehl, defendiam claramente a questão racial como negativa ao progresso e a formação da população brasileira. Para o jurista, professor e sociólogo, visto como um dos responsáveis pelo reconhecimento e validação do racismo institucional durante o Estado Novo, “[...] qualquer raça posta em contato com outra mais rica em eugenismo, torna-se, por esse mesmo fato, inferior” (VIANNA, 1956, p.153).

José Bento Renato Monteiro Lobato, por sua vez, apresenta-se também como aliado a Eugenia (LEITE; LIMA, 2020), muito por sua proximidade com Arthur Neiva (1880-1943) e Renato Kehl, mas principalmente, pela defesa da inferioridade cabocla, negra e mestiça em suas obras: *Urupês* (1918) de seu Jeca Tatu e, o romance *O Presidente Negro* (1945), originalmente intitulado *O Choque das Raças*. Dentro deste aspecto, enfatiza Moraes (1997, p.109) que o negro, o caboclo e o mestiço “[...] foram descritos como incivilizados e incapazes de pensar. Foram ainda, alvo de uma história de ficção eugenista cujo enredo é francamente racista”.

Todavia, dentre os intelectuais eugenistas da primeira metade do século XX, nenhum destaca-se mais, que o médico e escritor Renato Kehl, pois o mesmo, além de “[...] atrair a atenção a atenção de profissionais diversos para as potencialidades da ciência de Galton, como meio de regeneração da população [...]” (BONFIM, 2017, p. 118), criou o Boletim de Eugenia, publicou dezenas de obras que, em diversos temas, destacavam a importância da Eugenia para a sociedade brasileira e teve fundamental papel para que, em 1929, se edifica-se o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

Diversos foram os temas apresentados neste encontro, ocorrido no Rio de Janeiro, então capital federal, confirmando o caráter múltiplo deste campo. Se por um lado, os eugenistas defendiam a melhoria da população por conta de questões que envolviam saúde e higiene, por outro, as principais discussões giravam em torno das políticas reprodutivas, como a realização de exames pré-nupciais, a esterilização dos considerados degenerados, ou mesmo a proibição de casamentos inter-raciais (MACIEL,1999).

Na esteira desses acontecimentos deve-se frisar, porém, que mesmo em caráter diverso – por meio das construções teóricas e possíveis orientações que a eugenia deveria seguir – é fato que para seus pensadores, somente pela educação seria possível consolidá-la em termos práticos. A educação se materializa como um dispositivo biopolítico em favor do ideal eugênico; o que será facilmente observado no discurso do currículo escolar da educação no Brasil que insinua seu desejo de branqueamento da população brasileira e que até hoje prevalece de formas não tão veladas no interior da práxis pedagógica de diversas disciplinas escolares.

Considerações finais

Este artigo desenvolveu-se a partir da discussão acerca da raça como característica principal em relação à edificação da identidade nacional, problematiza a mestiçagem – primeiramente negada e depois vista como saída para branquear o Brasil – e os modos de sua percepção por intelectuais estrangeiros e brasileiros, para que se pudesse pensar o corpo-espécie da população brasileira entre o final do século XIX e início do século XX; neste último, especificamente, por meio da ênfase ao pensamento eugênico. Para tanto, buscou-se associar dentro dos debates construtivos do corpo-espécie da população, a disposição – e evidenciar a articulação – das teorias e das práticas eugênicas com o conceito de biopolítica: o que produziu possibilidades para um governo eugênico.

Além disso, a própria compreensão da população brasileira enquanto unidade se dá muito antes da concepção prática da biopolítica na década de 1930 (SILVA, 2015), visto que, as teorias raciais do final do século XIX, tanto nos debates internos, quanto nas suas exterioridades discursivas acerca das particularidades sociais brasileiras, já entendiam a branquitude como o ideal fundante da sociedade brasileira.

Nota-se, contudo, que nas manifestações, teóricas, a branquitude resulta num dualismo socioformativo, principalmente a partir das primeiras décadas do período novescentista. Se antes deste contexto, tanto brasileiros quanto estrangeiros, entendiam a branquitude como um fim a ser conquistado pela aniquilação dos negros, considerados inferiores pelas hierarquização das raças, é com a elevação de uma identidade opositiva a europeia – principalmente influenciada pelo movimento modernista – que a mesma

constitui-se como desfecho social brasileiro, idealizado através da miscigenação.

É esta idealização, entretanto, que acompanhada das modernizações urbanísticas e dos processos de valorização da saúde, higiene e sanitarismo do início do século XX, será relacionada, não somente ao protagonismo do Estado na edificação do corpo-espécie da população, mas também “[...] ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas” (DIWAN, 2018, p.87).

Em um exercício observacional da realidade brasileira, portanto, como o início do século XX foi marcado pelas as discussões sobre a “questão nacional [...], o meio culto do país ocupava-se em responder se o Brasil poderia existir como Nação” (DIWAN, 2018, p.129). Neste aspecto nota-se que as elites intelectuais – seja no âmbito médico, científico ou político, no âmbito da federação –, projetavam uma série de práticas renovadoras de padrões físicos e identitários “aceitos” e “não aceitos”; ocultadas por um discurso nacionalista de modernização já fortemente consolidado nesta época.

Logo, “se historicamente a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora eles passariam a situar sua tarefa nos domínios do Estado” (VELLOSO, 1997, p.58) e nas práticas idealizantes de viés eugênico, principalmente a partir dos anos 1930, vinculando-se ao constructo de um governmento biopolítico e referencial específico da raça cujo alvo era a população brasileira.

Referências

BARBATO, Luis Fernando Tosta. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 8, n. 15, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3354>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

BARROS, José D´ Assunção. **A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 3 ed. Vozes. Petrópolis, 2014.

BARROS, José D.'Assunção. Perspectiva sobre o tempo em Hannah Arendt e Koselleck: duas leituras sobre a quebra entre o Presente e o Passado. **Revista Filosofia**, ano 6, n. 12. P.169-189, jul/dez 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/24098>. Acesso em: 05 março de 2020.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Tradução: Luís Oliveira Santos, João Quina Edições. 1º edição. Companhia das Letras. São Paulo, 2018.

BLIKSTEIN, Izidoro. Indo-europeu, linguística e... racismo. **Revista USP**, n. 14, p. 104-110, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25653>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2017.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault: Filosofia e Biopolítica**. Coleção Estudos Foucaultianos. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2015.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, p. 115-130, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151581>. Acesso em: 06 fev. de 2020.

CHAN, Renata Cristina Ling. Avante! A construção da identidade nacional brasileira na modernidade. **Letras Escreve**, Macapá, v. 05, n. 2, p. 29 – 40, 2º semestre, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/1909>. Acesso em: 22 de fev. de 2020.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1979.

DÀVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racional no Brasil – 1917-1945**. Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da Eugenia no Brasil e no mundo**. 2 ed. Contexto. São Paulo, 2018.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: **Ditos e escritos: estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. v. IV.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault**. 1 ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. **Por que “raça**, p. 151-188, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andreas-Hofbauer/publication/303919386_Branqueamento_e_democracia_racial_-_sobre_as_entranhas_do_racismo_no_Brasil_publicado_em_Por_que_raca_Braves_reflexoes_sobre_a_questao_racial_no_cinema_e_na_antropologia_edSanta_Maria_EDUFMSM_2007/links/575d837c08ae9a9c955a64e2/Branqueamento-e-democracia-racial-sobre-as-entranhas-do-racismo-no-Brasil-publicado-em-Por-que-raca-Breves-reflexoes-sobre-a-questao-racial-no-cinema-e-na-antropologia-edSanta-Maria-EDUFMSM-2007.pdf. Acesso em: 05 março de 2020.

JUNGES, José Roque. O nascimento da bioética e a constituição do biopoder. **Acta bioeth.**, Santiago , v. 17, n. 2, p. 171-178, nov. 2011. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S1726569X2011000200003&script=sci_arttext&tlng=n. Acesso em: 04 abril de 2020.

KERN, Gustavo Da Silva. **Ações afirmativas e Educação: Um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56682>. Acesso em: 08 março de 2020.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o ministério da justiça e o aperfeiçoamento da raça (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KUHLMANN JR., Moisés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

LEITE, Erick; LIMA, Sônia Filiú Albuquerque. O Presidente Negro Eugenia em Monteiro Lobato? In.: CASTILHO, Danila Barbosa de (Org.). **Cultura e Sociedade**. Atena. São Paulo, 2020. p.85-95. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/30947>. Acesso em: 07 fev. de 2021.

MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 121 – 130, jul. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6545/3897>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. Ribeirão Preto; **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, vol.14 n. 2 Mar./Abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692006000200015&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. de 2020.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de . O Jeca e a cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato. **Revista de Sociologia e Política**, n. 08, p. 99-112, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39322>. Acesso em: 04 fev. de 2021.

MUNARETO, Geandra Denardi. **Por uma nova raça: Pensamento médico eugênico no Rio Grande do Sul**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MUNARETO, Geandra Denardi. **A Ciência como regeneradora da Nação: Eugenia e Autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna**. 286 f, Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS. Porto Alegre, 2017.

SCHILLER, Nina Glick; FOURON, Georges; TAVARES, M. T. Laços de sangue: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 48, p. 33-66, 1997. Disponível em: <https://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=2452922>. Acesso em: 07 abril de 2020.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1ªed. São Paulo. Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília. Universidade de Brasília, 1983.

SENRA, Nelson. **História das Estatísticas no Brasil: estatísticas organizadas (1936 – 1972)**. Volume 3. IBHE. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Carla Adriana Batista da. **Biopolítica E Governamentalidade: Conexões Entre “Raça”, Saúde, Educação e a Emergência da População nos Anos 1920 e 1930 no Brasil**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=150650. Acesso em: 05 abril de 2020.

SILVA, Daniele Hungaro da. Da docilização dos sentidos, “da renovação de quadros e instituições pedagógicas, de programas ou de conteúdo”: a escola primária em Santa Catarina (1930-1945) 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis, 2015. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2420626. Acesso em: 23 março de 2020.

SILVA, Mozart Linhares da. População-sacer e democracia racial no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 593-620, 2017.

SILVEIRA, Éder. **A Cura da Raça: Eugenia e Higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Ed.: Universidade de Passo Fundo – UPF. Passo Fundo, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, p. 57 – 74, 1997 Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298/24117> . Acesso em: 27 março de 2020.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4a ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1956

Recebido em: 28/09/2021.

Aprovado em: 15/10/2021.

Publicado em: 15/10/2021.